

ADRIANO PAULO APARECIDO PEREIRA DE OLIVEIRA

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR:
FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DE
TRANSFORMAÇÃO DAS CONJUNTURAS SOCIAIS

ARUJÁ - SP

2016

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.”

Paulo Freire

RESUMO

A falta de acesso ao ensino superior é apenas mais um indicativo de toda a desigualdade que permeia o país, isso afeta seu desenvolvimento social, político e econômico como um todo. Países emergentes, como o Brasil, tendem a possuir maior desigualdade, que se perpetua à medida que as oportunidades não são ministradas com equidade a todos os cidadãos. Para tentar promover uma maior igualdade de oportunidades, a sociedade moderna e seus respectivos órgãos públicos tentam implementar formas alternativas de ingresso na universidade que levam em consideração a renda e a autodeclaração étnica, para que assim, seja possível englobar minorias que antes não chegariam ao ensino superior e que ocupariam subempregos. Essas medidas foram e ainda são muito debatidas, exemplos são o sistema de cotas sociorraciais, programas de pontuação acrescida (bonificação) e cursos preparatórios subsidiados. Esses formandos vão preencher vagas de alta qualificação que o país tanto carece ajudando a diversificar a economia e possibilitando um crescimento mais igualitário entre as classes sociais, invertendo, portanto, o crescimento das desigualdades educacionais, econômicas e sociais que afligem a sociedade brasileira, herança da dívida histórica que remonta à escravização de negros e indígenas durante os períodos colonial e imperial do Brasil.

Palavras-chaves: ensino superior, desigualdade, minorias, subempregos, cotas sociorraciais.

INTRODUÇÃO

Por meio de observação social, análise de gráficos e pesquisas e aplicação de conceitos econômicos, esse ensaio tem como objetivos: a) Analisar as conjunturas socioeconômicas do Brasil moderno que dificultam o acesso, para parte da população, ao ensino superior e quais fatos históricos contribuem a essa realidade; b) Compreender as formas alternativas de ingresso, que estão em voga, para as universidades públicas brasileiras; c) Trazer os primeiros resultados dessas ações para as universidades, os jovens e o núcleo familiar que os permeiam; d) Estabelecer relação entre o tema proposto e as mudanças observadas no nível social e econômico.

A problemática são os desafios enfrentados pelos jovens e suas famílias negras e de baixa renda ao almejar o ensino superior de qualidade. As políticas públicas para tentar estancar toda essa desigualdade de oportunidades e sua eficácia na transformação da conjuntura social. E como o país perde com essa falta de profissionais qualificados, o que levou a PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a declarar no seu relatório “Atuar sobre o futuro: romper a transmissão intergeracional da desigualdade” que a concentração de renda na região (Latino-Americana) é influenciada pela falta de mobilidade educacional e de acesso aos serviços básicos e de infraestrutura. No Brasil, segundo o mesmo documento, em especial, a educação dos pais tem forte influência.

CAPÍTULO 1

Situação socioeducacional

As cotas se justificariam como uma ferramenta para dar maior igualdade de oportunidades para índios, pardos e negros, alicerçando na dívida histórica de segregação, discriminação e preconceito. Levando em consideração que uma geração leva 25 anos, em 2016 passaram apenas cinco gerações desde a abolição da escravidão, que por mais que trouxesse a liberdade para esse povo, não trouxe infraestrutura e serviços básicos a essa camada social. Sem direitos básicos inerentes ao ser humano, declarados posteriormente pela Carta Universal dos Direitos Humanos, como a moradia, foram obrigados a ocupar locais menos privilegiados, por exemplo, os íngremes morros cariocas.

Ao examinar essa observação, é perceptível que o jovem negro de hoje é tataraneto de escravos e ainda sofre com a ausência de infraestrutura e omissão de direitos básicos, assim como seus tataravós. Recebe educação pública de baixa qualidade em instituições sucateadas mantidas pelo governo, que o impossibilita de concorrer em igualdade no vestibular com jovens brancos, tataranetos de senhores de engenho, que aprendem língua estrangeira por intercâmbio, uma amostra da outra realidade que possuem.

Essa relação de desigualdade e hereditariedade é confirmada pelo relatório “Atuar sobre o futuro: romper a transmissão intergeracional da desigualdade” do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) que declara que essa falta de mobilidade educacional e de acesso aos serviços básicos e de infraestrutura é um empecilho ao desenvolvimento do país e em especial, no Brasil a escolaridade dos pais influenciam em 55% o nível acadêmico que seus filhos atingirão.

Essa relação também é confirmada pelo Censo Demográfico 2010, executado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ao analisar as informações presentes no gráfico a seguir, a população com idade de 15 a 24 anos separada por etnia e nível de ensino. O que chama a atenção é a disparidade entre brancos e negros, enquanto apenas 12,8% dos negros cursam ou possuem ensino superior, mais que o dobro dos brancos (31,1%) cursam ou possuem ensino superior.

Gráfico 1: Distribuição de brasileiros de 15 a 24 anos por nível de ensino.



Fonte: Censo demográfico IBGE, 2010.

Outra observação é que quase dobra o número percentual de negros para brancos que possuem ensino de jovens e adultos, ou seja, fora da idade adequada por questões diversas como evasão escolar para trabalho remunerado. E por fim a taxa de analfabetismo também foi pesquisada, ao mesmo tempo em que toda a população brasileira tem taxa de analfabetismo de 9,6%, entre os brancos esse índice cai para 5,9% e entre pardos e pretos a taxa sobe para 13% e 14,4%, respectivamente.

CAPÍTULO 2

Sistema de cotas e ações afirmativas no Mundo.

Segundo o livro “Inclusão Étnica e Racial no Brasil - A questão das cotas no ensino superior” do professor José Jorge de Carvalho de antropologia na Universidade de Brasília (UnB), a implementação do sistema de cotas teria acontecido, primeiramente, na Índia na década de 30, para garantir direitos aos Dalits, casta de menor prestígio social. Uma pesquisa

realizada em 2005 mostrou que em 50 anos o número de Dalits com ensino superior passou de menos de 1% para 12%.

Na Malásia, o sistema garante o acesso dos nativos ao ensino superior desde 1968, década que os Estados Unidos também efetivou um sistema de cotas para os negros, a fim de diminuir a desigualdade de anos de segregação, assim como, a África do Sul para acabar com os resquícios do Apartheid.

Países desenvolvidos economicamente também adotam o sistema, como o Canadá que promove cotas até no parlamento para os esquimós, a Austrália e a Nova Zelândia que possuem cotas para aborígenes e negros.

Países vizinhos como Bolívia, Equador e Peru discutem a proposta de ensino superior para indígenas, seguindo o exemplo do já em exercício na Colômbia e mais recentemente no Brasil.

CAPÍTULO 3

Sistema de cotas e ações afirmativas no Brasil

A UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) foi a primeira instituição do país a implementar as cotas para ingresso da parcela mais vulnerável da população em 2003. No ano seguinte, a UnB (Universidade de Brasília) seguiu o mesmo caminho e implementou uma proposta desenhada pelo antropólogo José Jorge de Carvalho, já citado neste ensaio, tornando-se a primeira universidade federal a exercer essa medida. A partir disso várias outras universidades foram adotando o sistema de formas diferentes até a aprovação da lei nº 12.711/2012.

Essa lei determina diretrizes para a implementação do sistema de cotas nas 59 universidades e 38 institutos federais de acordo com o MEC (Ministério da Educação), o texto diz que deverão ser destinadas 50% das vagas dos cursos para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em rede pública e desses 50%, metade (25%) se destinará a estudantes que tenham renda per capita de até 1,5 salário mínimo.

A porcentagem de vagas destinadas para negros pardos e indígenas não é fixa, respeitando as particularidades de cada Unidade Federativa do Estado brasileiro. Essa porcentagem deve ser igual à proporção dessas populações em suas respectivas unidades federativas, evitando assim distorções entre a porcentagem de cor ou raça da população do estado e da universidade.

Tabela 1: Indicador de cor ou raça negra ou parda da população brasileira por unidade federativa.

AUTODECLARADOS PRETOS OU PARDOS (por unidade da federação)			
UF	NEGROS (%)	PARDOS (%)	TOTAL (%)
Pará	7,2	69,5	76,7
Bahia	17,1	59,2	76,3
Maranhão	9,7	66,5	76,2
Amapá	8,7	65,2	73,9
Piauí	9,4	64,0	73,4
Amazonas	4,1	68,9	73,0
Tocantins	9,1	63,1	72,2
Acre	5,8	66,3	72,1
Sergipe	8,9	61,4	70,3
Roraima	5,9	61,2	67,1
Alagoas	6,6	60,2	66,8
Ceará	4,6	61,9	66,5
Rondônia	6,9	55,6	62,5
Pernambuco	6,5	55,3	61,8
Mato Grosso	7,6	52,4	60,0
Paraíba	5,7	52,7	58,4
Rio Grande do Norte	5,2	52,5	57,7
Espírito Santo	8,3	48,6	56,9
Goiás	6,5	50	56,5
Distrito Federal	7,7	48,2	55,9

Minas Gerais	9,2	44,3	53,5
Rio de Janeiro	12,4	39,3	51,7
Mato Grosso do Sul	4,9	43,6	48,5
São Paulo	5,5	29,1	34,6
Paraná	3,2	25,1	28,3
Rio Grande do Sul	5,6	10,6	16,2
Santa Catarina	2,9	12,4	15,3

Fonte: Mapa da Distribuição Espacial da População, Segundo Cor ou Raça - Censo Demográfico 2010 - IBGE

Respeitando essas particularidades e analisando a tabela de distribuição de pretos e pardos nas unidades federativas, a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) deve destinar aproximadamente 15% da metade de suas vagas para pretos, pardos e indígenas estudantes de escola pública, enquanto a UFPA (Universidade Federal do Pará) deve destinar aproximadamente 75% da metade das vagas para pretos, pardos e indígenas.

Outro sistema de inclusão social utilizado em algumas universidades públicas do Brasil é um programa de bônus, onde o vestibulando recebe uma pontuação acrescida de acordo com características socioeducacionais. O vestibular da FUVEST (Fundação Universitária para o Vestibular), um dos mais concorridos do país, seleciona candidatos para os cursos da Universidade de São Paulo (USP) mantida pelo governo estadual, ela considera a realização de ensino em escolas públicas e autodeclaração étnica para conceder uma percentagem de acréscimo à nota obtida, que varia de 12% a 25%, o candidato pode optar por receber ou não essa bonificação.

Porém, uma das grandes críticas a esses programas de bônus é de que ele limita a entrada dos seus beneficiados em cursos de maior prestígio como medicina, que no vestibular Fuvest de 2016 teve nota de corte em 73 pontos num universo de 90 pontos possíveis, isso é aproximadamente 80% da prova apenas para se classificar à segunda fase. Contudo, olhando atentamente e em cenários hipotéticos para exemplificação, o beneficiário do sistema que foi concedido os 12% de acréscimo, para passar para a segunda fase em medicina deve acertar no mínimo 66 questões, ou seja, 73,3% da prova, assim percebe-se que esse sistema dá margem para que a nota do candidato em relação à prova varie apenas sete pontos (7,7%) caso contrário não alcançará a nota de corte para classificação à segunda fase do vestibular.

Dados como os do concurso vestibular de 2016 da Fuvest, mostram que embora o ingresso de negros, pardos e indígenas tenha sido de 328 (3,2%), 1.427 (14%) e 19 (0,2%) respectivamente; no curso de medicina, das 300 vagas os pardos preencheram 22 (7,4%), os negros apenas duas vagas (0,7%) e os indígenas não conquistaram nenhuma vaga (0,0%); o que corrobora com a tese.

Outras reclamações sobre esse programa é que para se chegar aos 25% de acréscimo há muitas exigências, além da autodeclaração de etnia e o curso público do ensino fundamental e médio, o candidato deve ter prestado o vestibular Fuvest no ano anterior, na modalidade de treineiro (2º ano do ensino médio) e ter acertado ao menos 30% da prova. Essas exigências podem ter sido uma das causas para o número de negros e pardos ingressantes tenha caído em comparação ao vestibular anterior da melhor universidade do país.

CAPÍTULO 4

Primeiros resultados observados

O discurso dos opositores do sistema de cotas afirmou que as ações afirmativas rebaixariam o nível educacional e degradariam as universidades. Complementaram também, dizendo que os cotistas jamais acompanhariam o ritmo de seus colegas e isso resultaria na desistência dos negros e pobres beneficiados pelos programas de inclusão. Além de que as discrepâncias do próprio vestibular seriam gritantes, pois os cotistas seriam aprovados com notas vexatórias se comparadas com o desempenho do restante da turma, o que levaria ao ódio racial nas salas de aulas das universidades.

Contudo, os primeiros resultados obtidos desmentem esses prognósticos pessimistas. Já no vestibular, segundo o SISU (Sistema de Seleção Unificado), a nota de corte do curso de medicina nas universidades federais para os candidatos tradicionais foi de 787,56 pontos e a nota dos cotistas foi de 761,67 pontos, logo a diferença entre eles é de meros 3%. Se apenas 3% separa os privilegiados, que estudaram em colégios privados, dos negros e pobres, que frequentaram escolas públicas num curso tão concorrido como medicina, então é justo supor

que essa diferença mínima pode ser igualada ou superada no decorrer dos cursos, mas para os céticos já há dados que confirmam.

Durante cinco anos a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) analisou as notas de seus alunos e chegou aos seguintes dados, alunos cotistas tiraram média de 6,41 e os não cotistas 6,37. O que desmistifica a ideia de que os cotistas não acompanhariam seus colegas de classe, mostrando até notas ligeiramente superiores. Outra instituição do país, tão renomada quanto a primeira, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que exerce um sistema de bonificação, efetuou uma pesquisa que revelou que em 33 dos 64 cursos analisados, os beneficiados pelo programa de inclusão apresentaram performance melhor do que os estudantes do ensino privado. Engana-se quem pensa que esses resultados são observados apenas em graduações de baixo prestígio, o fenômeno se repete também em cursos como engenharia de computação, os estudantes negros, pobres e que frequentaram escolas públicas tiraram, já no terceiro semestre, média de 6,8 contra 6,1 dos demais; em física a diferença das notas foi de incríveis 32%, o primeiro grupo obteve média de 5,4 e os não beneficiários 4,1.

Segundo o coordenador-executivo do vestibular da Unicamp Maurício Kleinke, o eficiente desempenho acadêmico dos cotistas se explica porque “Eles querem, acima de tudo, mostrar para os outros que são capazes e, por isso, se esforçam mais”. Além disso, os índices de evasão escolar dos alunos dos programas de inclusão são baixos, até mesmo inferiores aos dos não cotistas, sobre a menor evasão escolar dos cotistas, Kleinke declara que enquanto os mais favorecidos possuem o amparo familiar caso tudo dê errado na universidade, a situação dos negros e pobres é diferente “Eles não sofrem da crise existencial que afeta muitos alunos universitários e que faz com que estes desistam do curso para tentar qualquer outra coisa”. Por fim, dá para se concluir que o cotista evita desistir, pois terá de voltar ao passado e enfrentar a falta de oportunidades que a vida ofereceu.

As transformações sociais também são evidentes, a primeira graduação da família eleva a autoestima de seus membros e faz com que esses indivíduos se qualifiquem mais, isso é observado em muitos depoimentos, como o prestado à revista IstoÉ de abril de 2013, na seção comportamento pelo recém formado médico da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Ícaro Luís Vidal dos Santos

Entrei pelo sistema de cotas [...]. Educação sempre foi primordial em minha casa. Era assim porque meus pais, que concluíram apenas o ensino médio, queriam o

melhor para nós. [...] Depois que eu e minha irmã nos formamos, a condição de vida da minha família deu um salto. Minha mãe, que era comerciária, hoje não precisa mais trabalhar e está correndo atrás de seu sonho, cursando pedagogia para se tornar professora.

Como exemplificado no depoimento, a cota é um impulso para o desenvolvimento de camadas sociais atrofiadas até então, sua transformação atinge toda conjuntura social em que o jovem está inserido e promove a qualificação de cada vez mais pessoas. Isso é justamente uma ferramenta que soluciona um dos problemas enfrentados para o desenvolvimento da economia do país, a falta de mão de obra qualificada.

Em agosto de 2014, a empresa de recrutamento ManpowerGroup divulgou uma pesquisa que mostrou que a carência de mão de obra qualificada no Brasil é de 63%, isso significa quase o dobro da média mundial (36%). Foram ouvidos na sondagem mais de 37 mil empregadores de 42 países e territórios. A contratação desses funcionários não qualificados e decorrentemente menos produtivos, prejudica a competitividade dos produtos brasileiros.

“Nossa produtividade vem crescendo a um ritmo menor do que o custo do trabalhador. A empresa precisa pagar essa diferença, ou corrigindo os preços e gerando inflação, ou reduzindo investimentos. Nos dois casos, o crescimento da nossa economia é afetado”, essas são as palavras de José Pastore, professor de economia da USP e ex-chefe da Assessoria Técnica do Ministério do Trabalho.

Em outra sondagem publicada também em 2014, realizada pela Fundação Dom Cabral diz que 91% das companhias pesquisadas possuem dificuldade na contratação de profissionais, obtendo como maior reclamação a escassez de profissionais capacitados. “A questão mão de obra virou um grande gargalo no Brasil”, comenta o professor Paulo Resende, responsável pela pesquisa com 167 grandes grupos que empregam mais de 1 milhão de pessoas e cujo faturamento responde por 23% do Produto Interno Bruto (PIB). O professor complementa, dizendo que a contratação de um profissional leva de três a cinco meses, nos níveis técnico e superior, respectivamente.

As empresas encurraladas mostram um movimento de capacitação do trabalhador no próprio ambiente de trabalho. É o que diz um levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgada em 2013, 81% das empresas aderem à estratégia, taxa que sobe para 87% nas de grande porte. Um dos profissionais que o Brasil carece é o engenheiro, formamos 44 mil, contra 150 mil dos Estados Unidos, 300 mil da Índia e 400 mil da China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste ensaio foi de conceituar as formas alternativas de ingresso na universidade, as transformações sociais do jovem beneficiário e a economia como um todo, relacionando-os e desenvolvendo-os na situação presente, resultado de décadas de negligência para com as camadas mais pobres da sociedade. E essa negligência foi que, possivelmente, resultou o atraso no crescimento econômico do país, pois essa parcela não qualificada da população deixa uma lacuna na economia.

Dados mostram o quanto influencia a educação dos pais para o nível de escolaridade de seus filhos, isso gera um ciclo que perpetua a hereditariedade no ensino superior brasileiro, cor da pele no Brasil, determina o nível educacional que o indivíduo terá. Quebrar esse ciclo que está em funcionamento há séculos depende do esforço conjunto do estudante, de sua família, do Estado, das universidades e das empresas, para promover um plano de carreira que possibilite uma formação consistente.

As cotas e os programas de bonificação são algumas políticas adotadas para enfrentar esse ciclo, elas tentam promover uma maior igualdade de oportunidade entre pessoas que possuem o mesmo potencial, mas não a mesma situação socioeconômica. É surpreendente como a formação de um jovem desfavorecido faz com que acenda uma esperança nas pessoas, para que elas tentem realizar seus sonhos à base de educação e trabalho.

Pela análise realizada em um portfólio de pesquisas exposta neste ensaio, ninguém ou poucos saem prejudicados com essas medidas afirmativas, a universidade ganha novos ares e estudante mais empenhados, o jovem e sua conjuntura social elevam a qualidade de vida, diminuindo a desigualdade social, as empresas recebem funcionários mais qualificados e diminui a sua improdutividade por falta de mão de obra especializada e a economia prevalece em constante crescimento de forma diversificada e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil**. Attar, 2005.

SEGALLA, Amauri; BRUGGER, Mariana e CARDOSO, Rodrigo. **Por que as cotas raciais deram certo no Brasil**. Disponível em: <http://istoe.com.br/288556_POR+QUE+AS+COTAS+RACIAIS+DERAM+CERTO+NO+BRASIL>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

BRÍGIDO, Carolina. **Pnud: Brasil tem 3ª pior desigualdade do mundo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/pnud-brasil-tem-3-pior-desigualdade-do-mundo-2975390>>. Acesso em: 03 de setembro de 2016.

MELO, Débora. **Branços ganham o dobro que negros e dominam ensino superior no país, mostra Censo 2010**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/29/brancos-ganham-duas-vezes-mais-que-negros-e-dominam-ensino-superior-no-pais-mostra-censo-2010.htm>>. Acesso em: 03 de setembro de 2016.

LÔBO, Irene. **Índia foi o primeiro país a implantar o sistema de cotas**. Disponível em: <<http://memoria.abc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-04-14/india-foi-primeiro-pais-implantar-sistema-de-cotas>>. Acesso em: 17 de setembro de 2016.

Ministério da Educação. **Lei de cotas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

Tire dúvidas sobre a lei de cotas sociais nas universidades federais. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/08/tire-duvidas-sobre-lei-de-cotas-sociais-nas-universidades-federais.html>>. Acesso em: 17 de setembro de 2016.

Cai número de pretos e pardos aceitos pelo vestibular da USP. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/cai-numero-de-pretos-e-pardos-aceitos-na-usp-em-2016>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

Brasil tem 8ª maior desigualdade do mundo, diz ONU. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050907_idhrw.shtml. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

LESME, Adriano. **Cotas raciais.** Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

COSTA, Fabiano. **Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos ou pardos, diz estudo.** Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

FUVEST. **Concurso vestibular Fuvest 2016, nota de corte.** Disponível em: <http://www.fuvest.br/vest2016/informes/iii12016.html>. Acesso em: 17 de setembro de 2016.

FUVEST. **Concurso vestibular Fuvest 2017, manual do candidato.** Disponível em: <http://www.fuvest.br/vest2017/informes/ii042017.html>. Acesso em: 17 de setembro de 2016.

BARRUCHO, Luís Guilherme. **Conheça dez áreas com escassez de mão de obra.** Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140903_salasocial_eleicoes2014_profissoes_escassez_lgb. Acesso em: 30 de setembro de 2016.

PEREIRA, Renée. **Falta de mão de obra qualificada no Brasil se agrava.** Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/falta-de-mao-de-obra-qualificada-no-brasil-se-agrava>. Acesso em: 30 de setembro de 2016